

SINERGIA

REVISTA DO INSTITUTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS, ADMINISTRATIVAS E CONTÁBEIS (ICEAC)

UMA APROXIMAÇÃO ENTRE BOAVENTURA SANTOS E MILTON SANTOS: POR UM OUTRO OLHAR A PRODUÇÃO DO ORGANIZAR

KETLLE DUARTE PAES*
ELOISE LIVRAMENTO DELLAGNELO**

RESUMO

Este ensaio faz parte de um conjunto de estudos que discutem o uso de abordagens influenciadas pelo pensamento único, fundamentadas no paradigma funcionalista, como lentes para compreender práticas sociais atravessadas por múltiplas racionalidades. Neste ensaio partimos dessa preocupação, buscando marcos teóricos não ortodoxos em Estudos Organizacionais. Para tanto nos propomos esboçar um diálogo entre as abordagens teóricas propostas por Boaventura Santos e Milton Santos. Isso com o objetivo de demonstrar pontos de contato entre os autores, de modo a contribuir para as discussões em Estudos Organizacionais que buscam outras lentes de análise. A partir daí se pode inferir que os autores em análise possuem pontos de contato em suas abordagens e que a inclusão de referenciais teóricos heterodoxos em Estudos Organizacionais pode abrir espaço para reconhecer o novo, o que está em construção, e o que ainda não é.

Palavras chave: Sociologia das ausências e das emergências. Espaço banal. Estudos Organizacionais.

ABSTRACT

AN APPROACH BETWEEN BOAVENTURA SANTOS AND MILTON SANTOS: TOWARDS ANOTHER LOOK AT THE PRODUCTION OF ORGANIZING

This essay is part of a series of studies that discuss the use of approaches influenced by single thought, based on the functionalist paradigm, as a lens for understanding social practices traversed by multiple rationales. This concern is taken as a start point to seek unorthodox theoretical frameworks in Organizational Studies. Therefore, a dialogue between the theoretical approaches proposed by Boaventura Santos and Milton Santos is proposed. Points of contact between such authors are brought up with in order to contribute to the discussions in Organizational Studies that seek other lenses of analysis. Therefore, the authors studied were found to have points of contact in their approaches, and the inclusion of theoretical heterodox in Organizational Studies could open space to recognize the new, what is under construction, and what is not.

Keywords: Sociology of absences and emergency. Banal space. Organizational Studies.

Artigo recebido em:27-02-2015 – Aceito em:15-09-2015

INTRODUÇÃO

O processo de especialização pelo qual passou a sociedade nos últimos séculos engendrou a emergência de um tipo particular de racionalidade que subordinou o pensamento múltiplo ao pensamento único (DELEUZE; GUATTARI, 2007). Conforme os autores, durante esse processo, estabeleceu-se o pensamento binário que produziu a metafísica, privilegiando a transcendência em detrimento à imanência. Assim, como forma de transgredir o pensamento único, os autores propõem o pensamento múltiplo, que encontra eco nos pensamentos plurais de Boaventura de Souza Santos e Milton Santos.

Essa inversão é importante uma vez que o pensamento uno leva à universalização de conceitos que passam a ter o valor de uma verdade absoluta sobre as coisas, advindo daí os falsos dualismos como corpo/mente, sujeito/objeto, teoria/prática, ideia/experiência, etc. Esse tipo de pensamento tem origem na filosofia clássica com Platão e Aristóteles, chegando ao seu ápice na sistematização filosófica levada a cabo por Hegel, para quem a necessidade histórica se impõe mediante qualquer contingência/acaso.

Aqui, importa destacar que a ciência moderna, tal qual a conhecemos hoje, nasceu das entranhas da filosofia ocidental, mediante a tensão entre as correntes epistemológicas do racionalismo e do empirismo, dando vazão à emergência do positivismo, para quem o conhecimento está presente no objeto e, portanto, é exterior ao sujeito. Essa ideia de ciência, presente nas ciências sociais, como não poderia deixar de ser,

* Doutora em Administração pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC/CSE, Campus Universitário Trindade. Bloco C, 2º andar/sala 227. Florianópolis, SC. CEP 88040-900 sala 227; kettlep@yahoo.com.br

** Doutora em Engenharia de Produção; Professora do Curso de Pós-Graduação em Administração CPGA/UFSC; UFSC/CSE, Campus Universitário Trindade. Bloco C, 2º andar/sala 227. Florianópolis, SC. CEP 88040-900 sala 227; eloiselivramento@gmail.com

está presente na ciência da administração, que é o campo que nos interessa refletir neste artigo. Como bem coloca Reed (2001) o campo organizacional é campo historicamente contestado, em função da multiplicidade de abordagens epistemológicas que os estudiosos da área mobilizam.

Contudo há que se lembrar que nem sempre foi assim, já que, conforme Clegg e Hardy (2001), até a década de 70 predominava nesse campo as perspectivas positivistas/funcionalistas. A introdução de novas abordagens ligadas a epistemologias não positivistas passou a ocorrer mais intensamente a partir da década de 80. Entre as novas abordagens estão o marxismo, a teoria crítica frankfurtiana, o pós-estruturalismo e a psicanálise.

Conforme os estudos de Alcadipani e Tureta (2009), Misoczky et al. (2005), Paula et al. (2009) e Faria (2009), de maneira geral, os estudos críticos em administração se pautam pela busca em: a) desnaturalizar as bases epistemológicas da administração, b) novas lentes de análise para os fenômenos organizacionais que mostrem a multiplicidade do organizar para além do modelo hegemônico e o burocrático/flexível, c) a centralidade da ação e do sujeito como o agente da mudança e a emancipação. Com bases nessas premissas, este ensaio se propõe mobilizar referenciais teóricos alternativos ao positivismo que impera em organizações, em prol de abordagens que privilegiem a pluralidade do mundo social e suas variadas maneiras de organizar descredibilizadas pela racionalidade moderna.

Desse modo, neste ensaio pretendemos fazer uma conversação entre dois grandes mestres do pensamento múltiplo e da mudança social, Boaventura Santos e Milton Santos, sobretudo a partir do artigo *A sociologia das ausências e emergências*, do sociólogo português, e do livro *Por uma outra globalização*, do geógrafo brasileiro. Contudo, desde já deixamos claro que, em função da grandiosidade de suas obras, vamos dedicar atenção somente às temáticas por eles desenvolvidas nesses trabalhos e que tenham a ver com os saberes locais, os espaços banais/marginais como fontes das novas possibilidades de outras sociabilidades.

O objetivo desse diálogo é contribuir com a área de organizações ao demonstrar as potencialidades desses referenciais que têm a capacidade de nos mostrar que existem outras formas organizacionais, deslocadas da ideia de eficiência do *management*, já que o mundo da experiência cotidiana é muito mais amplo do que supõe a razão indolente. Basta ter olhos e querer ver por lentes não ortodoxas e que levem em conta os saberes locais e não-convencionais, o tempo não-linear e o presente cheio de possibilidades infinitas.

Nos dizeres de Milton Santos (2008) e Boaventura Santos (2002), vivemos no presente um tempo de ambiguidade e de transição, difícil de entender e de percorrer. Diante dessa constatação, os autores nos convidam a refletir sobre novas possibilidades de sociabilidade produzidas a partir de experiências alternativas à globalização neoliberal que emergem dos subterrâneos do pensamento hegemônico. Esse convite nos leva a questionar a racionalidade dominante que produz ativamente como não-existentes as experiências sociais alternativas, numa operação de expansão do presente e de contração do futuro, ocultando todas as temporalidades existentes e possíveis de existir.

Na área de organizações, alguns estudiosos já vêm utilizando o pensamento de Boaventura Santos (JUSTEN; NETO, 2012; MEDEIROS; TEXEIRA, 2011) para dar corpo a suas reflexões sobre as possibilidades produzidas ativamente no mundo da experiência cotidiana dos sujeitos. Alguns desses estudos versam sobre cooperativismo, autogestão e epistemologia. A área também conta com estudos sobre territorialidade e desenvolvimento com base da abordagem de Milton Santos (GOULART, 2006). Acreditamos que, em especial, o pensamento de Milton Santos ainda é pouco explorado na área de organizações e que um estudo mais sistemático da obra do autor pode contribuir para a compreensão da realidade social que cria nossos objetos de pesquisa.

Assim, a importância deste artigo insere-se na perspectiva de contribuição teórica para as pesquisas que buscam desnaturalizar os fundamentos epistemológicos da área da administração (SERVA et al., 2010; PAULA, 2008; RODRIGUES; CARRIERI 2001, entre outros) que veem no *management* a única e melhor forma de organizar (PARKER, 2002; HARDY; CLAGG, 2001), fundada nos pressupostos de eficiência e do cálculo utilitário de consequência. Isso porque, conforme apontam Serva et al. (2010), apesar da necessidade urgente de desenvolver teorias que tentem explicar as práticas organizacionais de uma forma mais complexa, a grande maioria das pesquisas desenvolvidas na área ainda apresenta métodos tradicionais de orientação positivista e funcionalista.

Outro ponto importante tocado por este estudo diz respeito à colonialidade do saber. Embora não se vá falar aqui da colonialidade e pós-colonialidade propriamente dita, a proposta deste ensaio tem como pano de fundo essa questão, já que mobiliza autores que se preocuparam profundamente em desenvolver conhecimento a partir das realidades periféricas e locais. Do ponto de vista teórico, de acordo com Spivak (1994), o pensamento pós-colonial propõe uma reflexão crítica sobre os conceitos de Ocidente e da modernidade, ressaltando os significados alternativos que culturas subalternas propõem para os conflitos sociais contemporâneos. O pensamento pós-colonial procura compreender o modo como se constituem esses significados e o que eles representam para consolidar uma saída própria em relação aos conflitos

inerentes às referidas culturas.

Aqui cabe destacar que o ato de lançar luz às formas organizacionais marginalizadas, com a ajuda de Boaventura Santos e Milton Santos, parte do pressuposto epistemológico de que o social é muito mais amplo e complexo que as teorias *mainstream* supõem. Assim, quando falamos de práticas organizacionais alternativas, falamos não no sentido de propor formas novas de organização, mas de que elas já existem na realidade e são negadas pelo discurso hegemônico. Contudo, a proposição de formas organizacionais novas encontra espaço no horizonte ôntico do mundo social, na dimensão do projeto político, por meio do qual os sujeitos externalizam seus desejos de um mundo melhor por meio de uma práxis emancipadora.

REFERENCIAL TEÓRICO

Por um pensamento local: sociologia das ausências e das emergências e o trabalho de tradução

Santos (2002) desenvolveu estudos teórico-empíricos nos últimos anos, a fim de teorizar sobre a questão da emancipação social. Para tanto empreendeu uma pesquisa cujo objetivo foi determinar em que medida a globalização alternativa está sendo produzida a partir de baixo e quais são as suas possibilidades e limites. O autor escolheu como lócus de investigação seis países semiperiféricos, em diferentes continentes. Como ponto de partida o autor trabalhou com a hipótese de que os conflitos entre a globalização neoliberal hegemônica e as lutas contra-hegemônicas são mais intensas nesses países.

Como conclusões de pesquisa, o autor aponta as seguintes: a experiência social em todo o mundo é muito mais ampla e variada do que o que a tradição científica ou filosófica ocidental conhece e considera importante; esta riqueza social está sendo desperdiçada, o que leva à ideia de que não há alternativa; para combater o desperdício da experiência, para tornar visíveis as iniciativas e os movimentos alternativos e para lhes dar credibilidade, de pouco serve recorrer à ciência social tal como conhecemos. Assim, conforme o autor, para combater o desperdício da experiência social, não basta propor um outro tipo de ciência social. Há que se propor, isto sim, um modelo diferente de racionalidade.

Para dar visibilidade às experiências sociais alternativas, Santos (2002) realiza a crítica do modelo hegemônico de racionalidade que, seguindo Leibniz, chama razão indolente, propondo como substituto outro modelo, que designa como razão cosmopolita. Para tanto o autor desenvolve três procedimentos sociológicos, a partir da razão cosmopolita: a sociologia das ausências, a sociologia das emergências e o trabalho de tradução. Para tanto, o autor expõe que a forma de compreensão do mundo tem a ver com concepções do tempo. Além disso, o aspecto central da racionalidade hegemônica é o fato de, por um lado, contrair o presente, e por outro, expandir o futuro.

Assim, o autor propõe uma racionalidade cosmopolita cujo fluxo é realizar a trajetória inversa: expandir o presente e contrair o futuro, com o fito de criar o espaço-tempo necessário para conhecer e valorizar a inesgotável experiência social que está em curso no mundo de hoje. O autor destaca que para expandir o presente, há a necessidade de se fazer uma sociologia das ausências; para contrair o futuro, uma sociologia das emergências.

A sociologia das ausências parte de alguns questionamentos sobre as razões que levaram a um tipo de racionalidade unilateral e excludente a dominar o cenário social nos últimos duzentos anos. Para o autor, torna-se importante confrontar e superar essa concepção de totalidade e a razão indolente que a sustenta. Esses questionamentos já foram alvos de reflexão por várias vertentes da sociologia crítica, dos estudos sociais e culturais da ciência, da crítica feminista, da desconstrução, dos estudos pós-coloniais, etc.

Santos (2002) explica que para superar a hegemonia da razão indolente faz-se necessário por em questão cada uma das lógicas ou modos de produção de ausência que ela sustenta. Para tanto, propõe como alternativa epistemológica, à partida descredibilizadas, as ecologias dos saberes, das temporalidades, dos reconhecimentos, das trans-escalas e das produtividades, definidas como segue (SANTOS, 2002, p. 250).

A ecologia de saberes. A primeira lógica, a lógica da monocultura do saber e do rigor científicos, tem de ser questionada pela identificação de outros saberes e de outros critérios de rigor que operam credivelmente em contextos e práticas sociais declarados não-existentes pela razão indolente.

A ecologia das temporalidades. A segunda lógica, a lógica da monocultura do tempo linear, deve ser confrontada com a ideia de que tempo linear é uma entre muitas concepções do tempo. O domínio do tempo linear não resulta da sua primazia enquanto concepção temporal, mas da primazia da modernidade ocidental que o adotou como seu. Pela modernidade ocidental a partir da secularização da escatologia judaico-cristã, mas nunca eliminou, nem mesmo no Ocidente, outras concepções como o tempo circular, a doutrina do eterno retorno e outras concepções que não se deixam captar adequadamente pela imagem.

A ecologia dos reconhecimentos. A terceira lógica da produção de ausências é a lógica da classificação social. A sociologia das ausências confronta-se com a colonialidade, procurando uma nova articulação entre o princípio da igualdade e o princípio da diferença e abrindo espaço para a possibilidade

de diferenças iguais, uma ecologia de diferenças feita de reconhecimentos recíprocos.

A ecologia das trans-escalas. A quarta lógica, a lógica da escala global, é confrontada pela sociologia das ausências através da recuperação do que no local não é efeito da globalização hegemônica. Ao desglobalizar o local relativamente à globalização hegemônica, a sociologia das ausências explora também a possibilidade de uma globalização contra-hegemônica.

A ecologia da produtividade. A quinta lógica, a lógica produtivista, sobre essa lógica a sociologia das ausências atua na recuperação e a valorização dos sistemas alternativos de produção, das organizações econômicas populares, das cooperativas operárias, das empresas autogeridas, da economia solidária, entre outros, que a ortodoxia produtivista capitalista ocultou ou descredibilizou. Para Santos (2002) este é o domínio mais controverso da sociologia das ausências, uma vez que põe diretamente em questão o paradigma do desenvolvimento e do crescimento econômico infinito que sustenta o capitalismo global. Entretanto, esta lógica nunca dispensou outras formas de produção e apenas as desqualificaram para mantê-las na relação de subalternidade.

A sociologia das emergências, conforme desenvolvida por Santos (2002) consiste em substituir o vazio do futuro segundo o tempo linear por um futuro de possibilidade plural e concreto, simultaneamente utópico e realista. Para o autor a noção que preside à sociologia das emergências é o conceito de ainda-não proposto por Ernst Bloch (1995). Conforme descreve Boaventura Santos, Bloch questiona o fato de a filosofia ocidental ter sido dominada pelos conceitos de Tudo e Nada, nos quais tudo parece estar contido como latência, mas de onde nada novo pode surgir.

Com essas ideias Bloch, salienta Boaventura Santos, introduz dois novos conceitos, o Não e o Ainda-Não, sendo aquele a falta de algo e a expressão da vontade de superar essa falta, pois dizer *não* é dizer sim a algo diferente. O Ainda-Não é uma categoria mais complexa, porque exprime o que existe apenas como tendência, um movimento latente no processo de se manifestar. O Ainda-Não é o modo como o futuro se inscreve no presente e o dilata. Não é um futuro indeterminado nem infinito. É uma possibilidade e uma capacidade concretas que nem existem no vácuo, nem estão completamente determinadas (SANTOS, 2002, p. 255).

Assim, conforme o autor, a sociologia das emergências é a investigação das alternativas que cabem no horizonte das possibilidades concretas. Tem-se com isso que, enquanto a sociologia das ausências amplia o presente, juntando ao real existente o que dele foi subtraído pela razão indolente, a sociologia das emergências amplia o presente, juntando ao real amplo as possibilidades e expectativas futuras que ele comporta. Neste caso, a ampliação do presente implica a contração do futuro, na medida em que o Ainda-não, longe de ser um futuro vazio e infinito, é um futuro concreto, porém incerto.

Desse modo, para o autor, enquanto a sociologia das ausências expande o domínio das experiências sociais disponíveis, a sociologia das emergências expande o domínio das experiências sociais possíveis. É importante destacar, conforme Santos (2002) que as duas sociologias estão estreitamente associadas, visto que quanto mais experiências estiverem disponíveis no mundo mais experiências são possíveis no futuro. Quando maior for a multiplicidade e diversidade das experiências disponíveis e possíveis, maior será a expansão do presente e a contração do futuro. Na sociologia das ausências, essa multiplicação e diversificação ocorrem pela via da ecologia dos saberes, dos tempos, das diferenças, das escalas e das produções, ao passo que a sociologia das emergências as revela por vida da amplificação simbólica das pistas ou sinais.

Para Boaventura Santos o rompimento com a razão indolente passa necessariamente pela consideração dos saberes locais o que conduz ao rompimento com a ideia de uma teoria geral para explicar os fenômenos sociais e isso só pode ser realizado pelo trabalho de tradução. Assim, ao se romper com o pensamento único/universal, o trabalho de tradução é um trabalho colonial, uma vez que incide sobre os saberes no plural. Nesse sentido, a tradução é um trabalho intelectual, mas também político, já que subverte as ciências sociais convencionais, marcadas pela razão ocidental indolente, responsável pela redução da realidade às realidades hegemônicas.

Assim, o trabalho de tradução é o procedimento que permite criar inteligibilidade recíproca entre as experiências do mundo, tanto as disponíveis como as possíveis, reveladas pela sociologia das ausências e a sociologia das emergências. O trabalho de tradução se realiza por meio dos saberes (hermenêutica diatópica) e das práticas sobre as quais visa criar inteligibilidade recíproca entre formas de organização e entre objetivos de ação. O autor argumenta ainda que, por meio do trabalho de tradução e da geração da zona de contato entre as diferentes práticas e saberes locais é possível a emergência de práticas contra-hegemônicas.

O trabalho de tradução procura captar estes dois momentos: a relação hegemônica entre as experiências e o que nestas está para além dessa relação. É neste duplo movimento que as experiências sociais, reveladas pela sociologia das ausências e pela sociologia das emergências, se oferecem a relações de inteligibilidade recíproca que não redundem na canibalização de umas por outras. O trabalho de tradução incide tanto sobre os saberes como sobre as práticas e sobre os seus agentes.

A tradução entre saberes assume a forma de uma hermenêutica diatópica. Consiste no trabalho de interpretação entre duas ou mais culturas com vista a identificar preocupações isomórficas entre elas e as diferentes respostas que fornecem para elas.

A hermenêutica diatópica parte da ideia de que todas as culturas são incompletas e, portanto, podem ser enriquecidas pelo diálogo e pelo confronto com outras culturas. Admitir a relatividade das culturas não implica adotar sem mais o relativismo como atitude filosófica. Implica, sim, conceber o universalismo como uma particularidade ocidental cuja supremacia como ideia não reside em si mesma, mas antes na supremacia dos interesses que a sustentam.

O segundo tipo de trabalho de tradução tem lugar entre práticas sociais e seus agentes. Quando incide sobre as práticas, o trabalho de tradução visa criar inteligibilidade recíproca entre formas de organização e entre objetivos de ação. A importância do trabalho de tradução entre práticas decorre de uma dupla circunstância, a) a sociologia das ausências e a sociologia das emergências permitem aumentar enormemente o espaço disponível e possível de experiências sociais; b) como não há um princípio único de transformação social, não é possível determinar as articulações e as hierarquias entre as diferentes experiências sociais e as suas concepções de transformação social. Só através da inteligibilidade recíproca das práticas é possível avaliá-las e definir possíveis alianças entre elas.

Assim, o trabalho de tradução visa esclarecer o que une e o que separa os diferentes movimentos e as diferentes práticas de modo a determinar as possibilidades e os limites da articulação ou agregação entre eles. O trabalho de tradução tornou-se, em tempos recentes, ainda mais importantes, à medida que se foi configurando um novo movimento contra-hegemônico. Este movimento, erradamente designado como movimento antiglobalização, tem vindo a propor uma globalização alternativa à globalização neoliberal a partir de redes transnacionais de movimentos locais. Constelação de movimentos muito diversificados.

POR UM PENSAMENTO QUE VEM DE BAIXO, DOS EXCLUÍDOS: BASES PARA UMA OUTRA GLOBALIZAÇÃO

Em seu livro *Por uma outra globalização*, Santos (2008) pretendeu demonstrar o papel que a ideologia desempenha na produção e reprodução da globalização atual. E, advoga a possibilidade de uma mudança histórica a partir de um movimento de baixo para cima tendo como protagonista os países subdesenvolvidos na subversão das regras do jogo.

Para Santos (2008) a globalização é perversa na medida em que aumenta a pobreza e o desemprego crônico, além da perda de poder aquisitivo da classe média. No entanto, o autor fornece alguns indícios do que pode ser uma outra globalização, mais humana, tendo como base as mesmas dimensões que fazem da atual globalização uma perversidade, porém orientados por outros fundamentos sociais e políticos. Diante disso, salienta que as condições históricas para isso se formaram no final do século XX e que se dão tanto teórica quanto empiricamente. Nesse último caso, trata-se da enorme mistura de povos, raças, culturas e gostos. Isso é potencializado pela aglomeração de populações em pequenos espaços ensejando uma vizinhança dentro da qual se dá uma mistura de pessoas e filosofias. Já no plano teórico, para o autor, o que se verifica é a possibilidade da produção de um novo discurso que se torne possível em virtude da existência de uma universalidade empírica.

Santos (2008) observa que vivemos sobre a tirania da informação cujas técnicas são apropriadas por alguns Estados e empresas, em função de interesses particulares gerando o aprofundamento das desigualdades. A informação é manipulada ao ser transmitida à sociedade, diante disso, o autor fala de um novo “encantamento do mundo” no qual o discurso e a retórica são um fim em si mesmos. Isso fica evidenciado pelo trabalho da publicidade, na qual a linguagem ganha autonomia produzindo sua própria lei. Nesse sentido, para o autor, há uma produção do consumidor antes mesmo da produção dos produtos, conduzindo ao utilitarismo como regra de vida mediante a exacerbação do consumo, do narcisismo, do egoísmo, e de uma ética pragmática.

No mundo globalizado, observa Santos (2008) o espaço geográfico ganha novos contornos e definições. Os atores hegemônicos servem-se dos melhores espaços deixando o resto aos outros. A globalização com o auxílio da técnica da informação subverte o antigo jogo da evolução territorial e impõe novas lógicas. O território tende para uma compartimentação generalizada e vira palco dos choques entre o movimento da sociedade mundial e o movimento particular de cada fração nacional. Assim, todo e qualquer pedaço da superfície da Terra torna-se funcional as necessidades e usos dos Estados e das empresas. Isso se realiza em nome da competitividade que destroça as antigas solidariedades, frequentemente horizontais, para impor uma solidariedade vertical, cujo irradiador é a empresa hegemônica obediente a interesses globais e indiferente ao entorno.

As verticalidades, destaca o autor, dizem respeito a um conjunto de pontos formando um espaço de fluxos sobre o território. O sistema de produção que se serve desse espaço é constituído de redes, na qual a empresa ganha um papel de regulador do espaço em conjunto com a ação dissimulada do Estado no

controle de todo o território. Além disso, esse é o espaço do tempo rápido mediado por uma solidariedade do tipo organizacional. Essa integração vertical é alienadora já que as decisões essenciais concernentes aos processos locais são estranhas ao lugar e obedecem à interesses distantes. Tal dominância, para o autor, é portadora da racionalidade hegemônica cujo poder de contágio facilita a busca por uma homogeneização (SANTOS, 2008).

Quanto às horizontalidades, para o autor, são zonas de contiguidade que formam vizinhanças. Para descrever esse espaço o autor faz uso do vocabulário de François Perroux. Dito isso, o espaço banal seria o espaço de todos: empresas, instituições, pessoas; o espaço das vivências. É o espaço de produções localizadas e interdependentes, cujos agentes estão imbricados numa solidariedade orgânica. Tal conjunto indissociável evolui e muda seguindo uma lógica ditada pelo meio geográfico local (SANTOS, 2008).

Nesse espaço a ação do Estado, além de suas funções banais, é limitada, mas é nesse espaço que o Estado encontraria as melhores condições para sua intervenção. As horizontalidades, para o autor, além das racionalidades típicas das verticalidades, admitem a presença de outras racionalidades contra-hegemônicas. Assim ao contrário da ordem imposta pelos atores hegemônicos aos atores subalternizados, nos espaços banais se recria a ideia e o fato político. Aqui o autor fala também de uma esquizofrenia do território, no qual, de um lado, têm-se os vetores da globalização que nele se instauram para impor uma nova ordem, e de outro lado, a produção de uma conta-ordem, porque há um acelerado aumento da pobreza, da marginalização e da exclusão (SANTOS, 2008).

A ideia de espaço banal nos remete a relação tempo-espaço com a qual Milton Santos muito se preocupou em suas reflexões sobre a geografia. Por ela podemos pensar a relação de exclusão que faz circular a razão indolente por meio da universalização do tempo linear como se fosse o único possível e por meio da divisão do espaço, fazendo existir, pelo discurso, os espaços de verticalidade, hierarquizados e produtores das lógicas hegemônicas dos saberes, do tempo, das escalas, da produção.

O binômio tempo-espaço em Santos (1999) se compõe de forma dialética, sendo que um não existe sem o outro e ambos encerram uma relação de poder. Por tempo, o geógrafo entende a sucessão dos eventos e sua trama que só podem acontecer no espaço que é o meio, o lugar material da possibilidade dos eventos. Assim, para que tempo e espaço sejam conversíveis o ponto de conjunção é a sociedade humana realizando-se no uso do tempo e do espaço por meio da práxis.

Santos (1999) observa que na geografia, é possível trabalhar, o tema tempo, pelo menos em dois eixos, os das sucessões (diacrônico), pelo qual o tempo flui e a cada momento se estabelece o acontecer social que caracteriza e distingue tempos diferentes, permitindo falar de hoje e de ontem. O outro eixo é o das coexistências ou simultaneidade (sincronia), por meio do qual se busca entender as diferentes territorialidades, os diferentes usos do tempo, que se dão de forma particular por agentes e espaços distintos, mas coexistentes. Assim, é o espaço que reúne a todos, com suas diferenças, suas possibilidades diferentes de uso do espaço relacionados com possibilidades diferentes de uso do tempo (SANTOS, 1999).

A hegemonização pela razão indolente de tempo-espaço dicotomizados auxilia na invisibilidade das formas organizacionais diferentes daquelas propaladas pela racionalidade dominante. Assim, a reflexão sobre a dialética tempo-espaço nos permite perceber na junção sucessão-coexistência a existência de diversas formas de sociabilidades/organização que utilizam o tempo de formas diferentes rompendo com hierarquia, onde os tempos hegemônicos, geralmente são das grandes organizações e Estados, bem como dá visibilidade aos marginais e excluídos, sujeitos a quem é negada uma história, mas não um espaço, uma geografia, isso porque: por mais que a razão dominante não ilumine essas existências, elas estão lá.

BOAVENTURA SANTOS E MILTON SANTOS: O TRABALHO DE TRADUÇÃO E O ESPAÇO BANAL COMO POSSIBILIDADE DE NOVAS SOCIABILIDADES

Ao refletir sobre as obras desses grandes pensadores nos deparamos com preocupações convergentes tais como uma vontade de dar visibilidade e voz para realidades sociais locais e periféricas. No caso dos estudos de Boaventura Santos e Milton Santos é possível perceber um paralelo entre suas ideias no que tange ao fazer crer e ver as experiências marginalizadas no dizer de Milton Santos e descredibilizadas no léxico de Boaventura Santos. Para Boaventura Santos a teoria e a prática social são apresentadas como discrepantes, instaurando um hiato de possibilidades para o pensamento e a ação especialmente nas realidades dos chamados países periféricos.

Se os autores em análise apresentam convergências em seus pensamentos, não podemos deixar de falar sobre os pontos de divergência consubstanciados na ideia de ciência que ambos mobilizam. Desse modo, enquanto Boaventura Santos rompe com a noção moderna de ciência calcada principalmente na ideia de uma grande teoria explicativa de toda a realidade social, Milton Santos se preocupa em construir as bases epistemológicas para uma teoria Geral da geografia, indo nesse sentido contra os esforços de Boaventura.

Embora essa divergência seja importante, pois em linhas gerais coloca os autores em terrenos

epistemológicos diferentes, já que um defende uma ecologia de saberes (fragmentação) enquanto o outro permanece preso às grandes metanarrativas (uma teoria geral), o que mais nos interessa aqui são os pontos de contatos entre suas abordagens no que diz respeito às possibilidades emancipatórias por meio da visibilidade das sociabilidades construídas como subalternas pela razão moderna.

Assim, em seu trabalho *A reinvenção da emancipação social*, Boaventura Santos expõe seu objetivo de verificar em que medida a globalização alternativa está sendo produzida de baixo e quais são suas possibilidades e limites. Para tanto, o autor pesquisou práticas sociais de alguns países periféricos com o pressuposto de que nesses locais os embates entre a globalização hegemônica e as possibilidades de globalização contra-hegemônicas são mais intensas. De modo semelhante, Milton Santos, em seu trabalho *Por uma outra globalização*, buscou demonstrar o papel que a ideologia desempenha na produção e reprodução da globalização atual. E dentro desse contexto, como será possível uma mudança histórica a partir de um movimento de baixo para cima tendo como protagonista os países subdesenvolvidos na subversão das regras do jogo.

Os autores também têm em comum o desenvolvimento de uma abordagem heterodoxa como lente para refletir sobre os limites do pensamento hegemônico. Para Santos (2002), a lente proposta se baseia em suas formulações sobre o que denomina “sociologia das ausências e das emergências”, fundamentadas nas ecologias dos saberes e das temporalidades. Isso, a partir de outras formas de racionalidade que surgem nas periferias do mundo como forma de resistência a uma “razão indolente” que não se abre para a inesgotável diversidade de experiências sociais.

Para o autor, a sociologia das ausências consiste num procedimento transgressivo e insurgente “para tentar mostrar que o que não existe é produzido ativamente como não-existente, como uma alternativa não-crível, como uma alternativa descartável, invisível à realidade hegemônica do mundo” (SANTOS, 2002, p. 249). A sociologia das ausências visa, essencialmente, subverter essa produção de ausências, transformando-as em objetos presentes, tornando visível aquilo que vem sendo ocultado pela sociologia dominante. Substituindo as monoculturas por “ecologias”, tais como: a ecologia dos saberes; a das temporalidades; a do reconhecimento; a das escalas locais e globais; e aquela das produtividades (SANTOS, 2002, p. 249).

Outrossim, Santos (2002), tentando identificar os sinais já existentes no presente como possibilidade do futuro, destaca que a sociologia das emergências busca trocar indicadores seguros por pistas incipientes, propondo o “ainda não” para pensar a realidade como aquilo que não existe mas está emergindo. O autor afirma também que as duas sociologias produzirão diversas realidades antes não existentes, mais fragmentadas e plurais. Nesse sentido, um outro desafio se coloca na tentativa de compreender e ressignificar essas outras experiências. Para cumpri-lo, Santos (2002) defende o que chama de **trabalho de tradução** com vistas a apontar a heterogeneidade das práticas sociais, e apontar, sobretudo, a multiplicidade de sentidos no mundo contemporâneo.

Com objetivos similares aos de Boaventura Santos, Milton Santos, em seus últimos trabalhos, procurou delinear os fundamentos epistemológicos para uma geografia política nacional. Para tanto, empreendeu uma reflexão profunda sobre a sociedade moderna no que se refere ao processo de globalização, a qual denominou de perversa, movida por um discurso ideológico que faz as engrenagens do sistema reproduzi-la. Diante desse contexto que se pretende homogeneizador, Santos (2008) chama a atenção para o mito de espaço e tempo contraídos, salientando que a velocidade está na realidade ao alcance de poucos. Do mesmo modo, o autor adverte contra a falácia de um mercado avassalador capaz de homogeneizar o planeta quando na verdade aprofunda as desigualdades locais.

Sobre o binômio tempo-espaço, Santos (1999) chama a atenção para a relação de poder gerada pela separação artificial tempo-espaço nas sociedades modernas. Essa dicotomia encobre as profundas desigualdades geradas pela globalização, ao mesmo tempo em que constrói uma visão de tempo-espaço único e homogêneo. Assim, com a reflexão a partir da noção de uma dialética do tempo-espaço, Santos (1999) recoloca o problema da diferença-heterogeneidade que compõe a realidade social na qual coexistem múltiplas racionalidades e modos de existência.

Assim, Milton Santos fornece alguns indícios do que pode ser uma outra globalização, mais humana, tendo como base as mesmas dimensões que fazem da atual globalização uma perversidade, porém orientados por outros fundamentos sociais e políticos. O autor salienta que as condições históricas para isso se formaram no final do século XX e que se dão tanto teórica quanto empiricamente. Nesse último caso, trata-se da enorme mistura de povos, raças, culturas e gostos. Isso é potencializado pela aglomeração de populações em pequenos espaços ensejando uma vizinhança dentro da qual se dá uma mistura de pessoas e filosofias. Já no plano teórico, para o autor, o que se verifica é a possibilidade da produção de um novo discurso em prol da multiplicidade de racionalidades e práticas sociais.

Assim, como em Boaventura Santos (2002), o geógrafo brasileiro observou as várias racionalidades e lógicas de ação que permeia o espaço social. Nesse sentido, Milton Santos (2008) expõe que no mundo globalizado, o espaço geográfico ganha novos contornos e definições. Os atores hegemônicos servem-se

dos melhores espaços deixando o resto aos outros. A globalização com o auxílio da técnica da informação subverte o antigo jogo da evolução territorial e impõe novas lógicas. O território tende para uma compartimentação generalizada e vira palco dos choques entre o movimento da sociedade mundial e o movimento particular de cada fração nacional (SANTOS, 2008).

Assim, todo e qualquer pedaço da superfície da Terra torna-se funcional às necessidades e usos dos Estados e das empresas. Isso se realiza em nome da competitividade que destroça as antigas solidariedades horizontais, para impor uma solidariedade vertical, cujo irradiador é a empresa hegemônica obediente aos interesses globais e indiferente ao entorno (SANTOS, 2008). Quanto às horizontalidades, para o autor, são zonas de contiguidade que formam vizinhanças nas quais os agentes estão imbricados numa solidariedade orgânica. As horizontalidades, para o autor, além das racionalidades típicas das verticalidades, admitem a presença de outras racionalidades contra-hegemônicas ou para falar como Boaventura Santos admite a presença das múltiplas ecologias.

Assim, as bases para a emergência de práticas contra-hegemônicas, tanto em Milton Santos como em Boaventura Santos se encontram junto aos excluídos e marginalizados produzidos como tal pela razão indolente. Nesse sentido, a ideia de espaço banal de Santos (2008) e do trabalho de tradução de Boaventura Santos podem nos ajudar a refletir a área de organizações ao dar visibilidade a formas organizacionais alternativas ao *mainstream* em organizações.

O trabalho de tradução é o procedimento que permite criar inteligibilidade recíproca entre as experiências do mundo, tanto as disponíveis como as possíveis, reveladas pela sociologia das ausências e a sociologia das emergências. O trabalho de tradução tanto pode ocorrer entre saberes hegemônicos e saberes marginalizados como pode ocorrer entre diferentes saberes marginalizados. A importância deste último trabalho de tradução reside em que só através da inteligibilidade recíproca e consequente possibilidade de agregação entre saberes marginalizados é possível construir a contra-hegemonia.

O espaço banal é o espaço de todos os homens, de todas as organizações e de todas as ações. Esse espaço comporta a coexistência do diverso, onde coabitam os objetos naturais, os objetos técnicos, a informação na qual os marginalizados vivem nas zonas opacas (espaços de criatividade) opostas às zonas luminosas (espaços da exatidão), e suas carências os forçam a imaginar um outro futuro possível.

A interlocução entre a ideia de espaço banal e o trabalho de tradução cria as condições para emancipações sociais concretas de grupos sociais marginalizados. O trabalho de tradução permite revelar ou denunciar a dimensão desse desperdício das experiências marginalizadas e o espaço banal potencializa a transformação social que a partir de si pode construir-se e exige que as significações compartilhadas sejam criadas pelo trabalho de tradução que se transfigurem em práticas transformadoras.

A importância do trabalho de tradução se verifica no espaço banal entre as práticas não-hegemônicas, uma vez que a inteligibilidade entre elas é uma condição da sua articulação recíproca. Esta é, por sua vez, uma condição da conversão das práticas não-hegemônicas em práticas contra-hegemônicas. O potencial antissistêmico de qualquer movimento social reside na sua capacidade de articulação com outros movimentos, com as suas formas de organização e os seus objetivos.

Para que essa articulação seja possível, é necessário que os movimentos compartilhem algo. Nas visões de Boaventura Santos (2002) e Milton Santos (2008) as iniciativas e movimentos populares, sobretudo nos países periféricos, representam possibilidades de romper com as regras do jogo da lógica capitalista, sustentada pela hierarquia, pela desigualdade, pela exclusão. Esses autores acreditam que os de baixo, os marginais e excluídos desejam a criação de espaços de autonomia ideológica e prática, na qual seja possível pensar formas de transformação alternativas ao sistema capitalista.

Ainda segundo os autores, essa subversão é possível em virtude de que o processo de globalização, que influencia os aspectos da vida social, econômica e cultural, não perpetua sua ideologia de modo homogêneo, pois encontra a resistência dos excluídos e marginalizados, que emergem dos subterrâneos do pensamento hegemônico e representam múltiplas possibilidades de outras sociabilidades. Nesse sentido, o espaço banal é o espaço no qual os fracos podem subsistir, até por escaparem ao totalitarismo da racionalidade indolente.

Dialética aqui pretendida entre o trabalho de tradução, assente na sociologia das ausências e emergências e o espaço banal, encontra convergência na ideia de zona de contato, um conceito de Boaventura Santos para dar suporte à possibilidade da tradução. As zonas de contato são campos sociais, espaços banais conforme nossa leitura, onde diferentes mundos da vida e conhecimentos se encontram, se chocam e interagem.

Como exemplo dessas zonas de contato e formas organizacionais alternativas nos valem do movimento indígena neozapatista, cujo levante contra as práticas neoliberais do governo mexicano ocorreu em 1994. Nesse levante, o setor mais marginalizado e excluído se lançou contra o símbolo mais moderno da ofensiva neoliberal, o Tratado de Livre Comércio da América do Norte (PAES, 2015).

O movimento neozapatista foi materializado, em âmbito internacional, em 1996, no I Encontro Intergaláctico convocado pelos neozapatistas em Chiapas, no qual convergiram num mesmo espaço, pela

primeira vez, diversos sujeitos políticos do Norte e do Sul do mundo (RYOKI; ORTELLADO, 2004). Todos compartilhavam um ideal comum de estarem dispostos a enfrentar o neoliberalismo, o que lhes possibilitava articular um discurso antineoliberal e a constituir uma identidade política baseada em outra ideia de tempo, saber e produtividade, em contraposição às ideias de tempo linear, racionalidade técnica e produtividade capitalista propagadas pela razão indolente (PAES, 2015).

A atuação do movimento neozapatista pode ser lida como uma emergência, no sentido de Boaventura Santos, que trouxe para o campo social novas formas de lutas por novas formas de se estar no mundo e o questionamento da ordem neoliberal vigente. O grito *Ya basta* às políticas neoliberais serviu como ponto articulador dos discursos de resistência. Deste modo, ele pode ser compreendido como um ponto nodal no trabalho de tradução de valores compartilhados que permitiu a aglutinação de uma diversidade de forças sociais/identidades políticas, apesar de toda sua heterogeneidade, formando laços equivalentes temporários em prol de um mundo mais coletivista (PAES, 2015).

Os neozapatistas desempenharam um papel crucial no ressurgimento das lutas antissistêmicas no Ocidente nas duas últimas décadas. E o fizeram por meio de uma forma organizacional alternativa aos princípios organizacionais do *mainstream*. Isso é possível de perceber se olharmos para a ideologia que animou o movimento neozapatista. O neozapatismo se inspirou organizacionalmente nos movimentos anarquistas e operários dos séculos XIX e XX.

Desses movimentos, os neozapatistas herdaram os princípios organizacionais e políticos com os quais organizaram sua luta política, tais como a prática da horizontalidade, da não-liderança, a busca pelo consenso nas decisões, a autonomia e a ação-direta. Esses princípios são antitéticos aos princípios organizacionais do *mainstream*, tais como a prática da hierarquia, da liderança e da heteronomia e a representação. (PAES, 2015).

O movimento neozapatista é um exemplo da ideia de espaço banal de Milton Santos, espaço da contiguidade e vizinhança, da criatividade e das múltiplas possibilidades do Ainda-Não. Zonas de contacto e de fronteiras, terras de ninguém onde as periferias ou margens dos saberes e das práticas emergem dos subterrâneos da razão indolente e não prescindem do trabalho de tradução para fazer do espaço banal uma zona esperança e mudança social.

No movimento neozapatista as ecologias de Boaventura Santos e as possibilidades de uma outra globalização ganham visibilidade, pois comportam um movimento de desconstrução das ausências criadas e promovem o anúncio das emergências marginalizadas. No movimento neozapatista as ecologias ganham visibilidade na medida em que a olhamos sob o prisma de uma outra racionalidade, a cosmopolita.

Assim, com uma visão de mundo a partir de outra ideia de tempo e produtividade, as experiências dos indígenas mexicanos ganham patamares de práticas organizacionais e sociais emergentes. Nesse sentido recorreremos aos dizeres do subcomandante Marcos (um dos membros do movimento neozapatista) que fez questão de lembrar que a mudança de vida das comunidades neozapatistas, após o levante, foi tornada possível em virtude de ter se consolidado numa base bem mais material, qual seja, a tomada dos meios de produção (PAES, 2015).

Conforme Liberato (2006), a tomada dos meios de produção foi a base à mudança de vida, embora limitada dos neozapatistas. Segundo o autor, a tomada dos meios de produção permitiu aos neozapatistas instituir os chamados Municípios Autônomos e as Juntas do Bom Governo¹. Desse modo, sem a tomada dos meios de vida (meios de produção), os neozapatistas não alcançariam a mudança, o desenvolvimento de suas instituições educacionais e de saúde, tão importantes à luta política como o são também os Caracóis². (PAES, 2015).

Segundo Hilsenbeck Filho (2007), os Caracóis foram idealizados pelos neozapatistas como centros de comunicação autônomos. O nome vem da metáfora das conchas de caracóis utilizadas como instrumento de comunicação pelos povos indígenas. Diz-se que os primeiros deuses maias traziam consigo caracóis em seus corações, o que só vem a enriquecer esse símbolo, ajudando a construir e a manter um imaginário social em que é possível construir coletivamente outro mundo! Vale lembrar que apesar das dificuldades de disputas políticas no capitalismo e no neoliberalismo, os neozapatistas continuam após 21 anos do levante lutando por sua autonomia e maneira de estar no mundo. (PAES, 2015).

Segundo Carvalho (2006) as consequências da lógica capitalista e neoliberal geram um movimento de resistência por parte daqueles que buscam a inversão das posições que ali se apresentam. Em relação a isso, Boaventura Souza Santos e Milton Santos (2008) apontam para outras possibilidades da produção de um novo organizar por meio de um movimento contra-hegemônico que venha de baixo, venha dos pobres,

¹ Os Municípios Autônomos e as Juntas do Bom Governo são formas de organizações autônomas e práticas políticas produzidas pelos neozapatistas. O termo autônomo desses municípios significa um alto grau ou total independência em relação ao Estado e as corporações. Significa, pois, que as comunidades zapatistas se autogovernam naqueles municípios, isto é, todos participam igualmente do poder, decidem e se dão suas próprias leis, construindo ativamente no dia-a-dia a democracia direta e o autogoverno da vida social, prática política que visa a instituição de um mundo onde caibam muitos mundos (LIBERATO, 2006).

² Para saber mais sobre os funcionam os Caracóis e a Junta do Bom Governo na prática, acessar o relato de um viajante pelas terras dos neozapatistas em Chiapas: <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2005/01/301908.shtml>.

dos marginalizados e dos excluídos, ou seja, do espaço banal e das *zonas de contato*.

Esse movimento subversivo é possível em virtude de que o processo de globalização que influencia os aspectos da vida social, econômica e cultural, não perpetua sua ideologia de modo homogêneo, pois encontra a resistência da cultura preexistente dentro da qual há a possibilidade, cada vez mais frequente, de um novo organizar por meio do discurso contra-hegemônico.

Na área de organizações, por exemplo, a lógica produtivista, tal qual criticada por Boaventura Santos, ainda é hegemônica, assim, a transformação do outro “não-produtivo” em ausente, se dá, também, por meio dessa lógica. Segundo Santos (2002) nos termos da lógica produtivista, o crescimento econômico é um objetivo racional inquestionável e, como tal, é inquestionável o critério e produtividade que mais bem serve a este objetivo como bem argumentou Paula (2002) quando diz que nem a crise do modelo de produção fordista foi capaz de fazer com que as mais diferentes concepções de organização prescindissem de estreitar o seu foco em torno das organizações produtivas.

Diante do que foi discutido acima, fica entendido aqui que os autores analisados apontam para outras possibilidades da produção de um novo organizar social por meio da valorização de outros saberes e temporalidades cujo movimento contra-hegemônico venha de baixo, venha dos pobres, dos marginalizados e dos excluídos. Assim, estaremos contribuindo para um pensamento local/banal (2008), para o exercício da consciência crítica da realidade nacional para a realização de uma sociologia a ela relevante (RAMOS, 1996) e para um pensamento (pós)colonial cheio de possibilidades emancipatórias.

CONCLUSÕES

Este trabalho nos permitiu refletir sobre os modos como o organizar é pensado na contemporaneidade. Diante de uma realidade construída por uma racionalidade ocidental indolente e fortemente refletida na produção acadêmica da área de organizações (VERGARA; PECI, 2003), se torna importante a busca por referenciais teóricos que nos permitam ver experiências organizativas diferentes daquelas próprias da racionalidade instrumental. Isso porque, por meio de outras lentes, torna-se possível desnaturalizar os fundamentos epistemológicos da administração cujas bases funcionalistas imprimiram um modo particular de visão de mundo sobre o objeto dessa disciplina.

Desse modo, cabe destacar que outros modos de pensar e agir estranhos as dicotomias do pensamento único acabam sendo construídas como inexistentes. Segundo Boaventura Santos e Milton Santos são nos espaços construídos como subalternos, nos quais impera uma outra lógica de tempo e espaço, que facilmente podemos observar a emergência de práticas contra-hegemônicas que em algum momento podem ocasionar mudanças sociais no sentido de se alcançar alguma emancipação. Nesse sentido, essa ampliação de visão para ver as divisões, diferenças e multiplicidades de práticas que comportam o mundo social se faz importante para a área de Estudos Organizacionais. Assim, a conversação entre pensadores como Boaventura Santos e Milton Santos, ambos preocupados em dar visibilidade a realidades subterrâneas, marginalizadas pelo paradigma dominante podem se constituir em pistas valiosas para o estudo dos fenômenos organizacionais de modo que possamos ver as diversas racionalidades que agem sobre as práticas organizativas. Fazer isso é realizar uma subversão herética sobre a *doxa*, conforme pensa Bourdieu (2005).

Com isso, a partir das ideias dos autores comentados, podemos ampliar nossa visão sobre realidades marginalizadas, mas fonte inesgotável de produção de organizar alheio à lógica da acumulação e da eficiência. O espaço banal como o lugar da contiguidade e da vizinhança, prenhe de experiências emergentes, subterrâneas, rizomáticas, é o lugar das ecologias que se constituem pelas múltiplas racionalidades e temporalidades de que a razão indolente, e a epistemologia a ela inerente, não pode dar conta.

REFERÊNCIAS

- ALCADIPANI, R.; TURETA, C. Perspectivas críticas no Brasil: entre a “verdadeira crítica” e o dia a dia. **Cadernos Ebape.Br**, v. 7, n. 3, p. 504-508, 2009.
- BOURDIEU, P. **Esboço de autoanálise**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- CARVALHO, A. C. Teoria e práxis na construção das práticas de resistência. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS, 4. Porto Alegre, 2006. CD-ROM.
- CLEGG, S. H. **Modern organizations: organization studies in the postmodern world**. London: Sage, 1990.
- CLEGG, S. R.; HARDY, C. Conclusão: representação. In: CLEGG, S. R.; HARDY, C.; NORD, W. R. **Handbook de estudos organizacionais: reflexões e novas direções**. São Paulo: Atlas, 2001. v. 2.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. 5. reimpr. São Paulo: Ed. 34, 2007.

- FARIA, J. H. (org.). **Análise crítica das teorias e práticas organizacionais**. São Paulo: Atlas, 2007.
- FARIA, J. H. Teoria crítica em estudos organizacionais no Brasil: o estado da arte. **Cadernos Ebape.Br**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 3, artigo 8, set. 2009.
- GOULART, S. Uma abordagem ao desenvolvimento local inspirada em Celso Furtado e Milton Santos. **Cadernos Ebape.Br**, v. 4, n. 3, out. 2006.
- HOLANDA, L. A.; CARVALHO, C. A. P. Apropriação do management: uma experiência fora do enclave de mercado ou um estudo de caso em um coletivo de cultura popular. In: LATIN AMERICAN AND EUROPEAN MEETING ON ORGANIZATION STUDIES, 4. Axixic, México. LAEMOS, 2012.
- JUSTEN, C. E; NETO, L. M. Para uma transição necessária: da incompletude autoritária à pluralidade compreensiva. In: ENCONTRO DA ANPAD, 36. Rio de Janeiro, 22-26 set. 2012.
- MEDEIROS, A. L.; TEIXEIRA, M. L. M. A potencialidade do pensamento de Boaventura Santos para os Estudos Organizacionais. In: **III Encontro de Ensino e pesquisa em administração e Contabilidade**. João Pessoa/ PB, 20 a 22 de novembro de 2011.
- MIZOCZKY, M. C.; ANDRADE, J. A. Uma crítica à crítica domesticada nos Estudos Organizacionais. **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, v. 9, n. 1, p. 215-233, mar. 2005.
- MISOCZKY, M. C.; FLORES, R. K. A práxis-crítica na tradição do pensamento social brasileiro. **Cadernos Ebape.Br** (FGV), v. 7, p. 517-124, 2009.
- MISOCZKY, M. C. Abordagem de redes no estudo de movimentos sociais: entre o modelo e a metáfora. **RAP**, Rio de Janeiro, p. 1147-1180, set./out. 2009.
- PAES DE PAULA, A. P. Tragtenberg revisitado: as inexoráveis harmonias administrativas e as burocracias flexíveis. **Revista de Administração Pública**, v. 36, n. 1, 2002.
- _____. **Teoria crítica nas organizações**. São Paulo: Thomson Learning, 2008.
- PARKER, N. **Against management**: organization in the age of managerialism. Cambridge: Polity Press, 2002.
- PAES, K. D. **O sujeito político e a organização da resistência**: o caso do Centro de Mídia Independente à luz da Teoria do Discurso Político e da psicanálise laciana. Florianópolis, 2015. Tese [Doutorado em Administração] – Curso de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Santa Catarina.
- RAMOS, Alberto Guerreiro. **A redução sociológica**. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1996.
- REED, M. Teorização organizacional: um campo historicamente contestado. In: CLEGG, S. R.; HARDY, C.; NORD, W. R. **Handbook de estudos organizacionais**: reflexões e novas direções. São Paulo: Atlas, 2001. v. 2.
- RODRIGUES, S. B. CARRIERI, A. P. A Tradição anglo-saxônica nos estudos organizacionais brasileiros. **RAC**, Edição Especial 2001.
- SANTOS, B. S. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 63, p. 237-280, 2002.
- SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 16. ed Rio de Janeiro: Record, 2008.
- _____. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: EdUSP, 1999.
- SERVA, M. O paradigma da complexidade e a análise organizacional. **Revista de Administração de Empresas**, v. 32, n. 2, p. 26-35, 1992.
- SERVA, M.; DIAS, T; ALPERSTEDT, G. O paradigma da complexidade e a teoria das organizações: uma reflexão epistemológica. **RAE**, v. 50, p. 276-287, 2010.

